

Evo Morales renuncia à presidência da Bolívia

Anúncio foi feito em rede nacional; o vice, Álvaro García Linera, também deixa o cargo; antes de renunciar, Morales havia dito que convocaria novas eleições, pois uma auditoria da OEA encontrou indícios de fraude no pleito realizado no dia 20 de outubro.

Evo Morales renunciou neste domingo (10) ao cargo de presidente da Bolívia, após uma escalada nas tensões no país. O anúncio foi feito em rede nacional, pela televisão.

O vice-presidente, Álvaro García Linera, também apresentou a renúncia.

“Eu decidi, escutando meus companheiros, renunciar ao meu cargo da presidência”, ele disse.

Logo em seguida, ele ataca seus opositores Carlos Mesa e Luis Camacho.

“Por que tomei essa decisão? Para que Mesa e Camacho não sigam perseguindo meus irmãos dirigentes sindicais. Para que Mesa e Camacho não sigam queimando a casa dos governadores de Oruro e Chuquisaca.”

Evo perdeu o apoio das forças de segurança e de seus principais aliados

Ele ainda classificou a situação como um golpe:

“Lamento muito esse golpe cívico, e de alguns setores da polícia podem se juntar para atentar contra a democracia, contra a paz social com violência, com amedrontamento para intimidar o povo boliviano.”

Depois de acusar a oposição de atos violentos, ele terminou: “Por essas e muitas razões, estou renunciando,

enviando a minha carta renúncia à Assembleia Legislativa Plurinacional da Bolívia. Muito obrigado”.

Morales havia dito, mais cedo neste domingo (10), que convocaria novas eleições, após a Organização dos Estados Americanos, OEA, divulgar que as eleições de 20 de outubro haviam sido fraudadas. Ele lembrou isso em seu pronunciamento de renúncia: “De manhã cedo estivemos reunidos com alguns ministros e decidimos, inclusive, renunciar nosso triunfo para novas eleições ocorram em toda a amplitude”.

Não está claro como vão acontecer as novas eleições e nem se ele mesmo será candidato. Mais cedo, ao anunciar a nova votação, ele disse que elas são importantes para que o povo boliviano possa eleger novas autoridades, “incorporando novos atores políticos”.

Veja a cronologia da crise na Bolívia



Opositores de Evo Morales comemoram renúncia do presidente neste domingo (10) nas ruas de La Paz – Foto: Juan Karita/AP

ia

Pouco antes da renúncia, os chefes das Forças Armadas e da Polícia, além da oposição, haviam pedido que Evo Morales deixasse o cargo para “pacificar” o país.

Nas últimas horas, ao menos três ministros também entregaram seus cargos.

Carlos Mesa, um dos principais opositores, se pronunciou em uma rede social.

“À Bolívia, ao seu povo, aos jovens, às mulheres, ao heroísmo da resistência pacífica. Nunca me esquecerei este dia único. O fim da tirania. Agradecido como boliviano por essa lição. Viva a Bolívia!”

Outras renúncias

Além de Evo Morales e do vice, Álvaro García Linera, outros dois na linha de sucessão renunciaram: Adriana Salvatierra, a presidente do Senado, e Víctor Borda, presidente da Câmara de deputados.

De acordo com o jornal “El Deber”, não se sabe quem assumirá o poder.

Fim de um governo de 13 anos

Evo Morales, 60, venceu as primeiras eleições em 2005 e assumiu em 2006.

Ele foi o primeiro presidente de origem indígena da Bolívia, fato que ele mesmo lembrou em seu pronunciamento de renúncia: “Nesse momento é importante dizer ao povo boliviano, é minha obrigação, como primeiro presidente indígena e presidente de todos os bolivianos, buscar essa pacificação”.

Morales foi eleito pela segunda vez em 2009, pela terceira em 2014 e, então, decidiu disputar um quarto mandato seguido em 2019.

Após renunciar, ele disse que ficará na cidade de El Chapare, em Cochabamba –ele negou rumores de que vai sair do país.

Eleições tumultuadas



Manifestantes tomam as ruas de La Paz para denunciar ‘fraude eleitoral’ nesta sexta-feira (25) após apuração indicar vitória de Evo Morales nas eleições presidenciais da Bolívia – Foto: Kai Pfaffenbach/Reuters

A crise na Bolívia tomou maiores proporções após as eleições de 20 de outubro deste ano, quando Evo foi reeleito em primeiro turno.

Depois de uma apuração problemática, o órgão responsável por computar os votos apontou o seguinte resultado final:

Evo Morales: 47,07% dos votos

Carlos Mesa: 36,51%

Como a diferença entre Morales e Mesa foi de mais de 10 pontos

percentuais, o atual presidente foi reeleito para seu quarto mandato.

O resultado foi contestado pela oposição e, no dia 30 de outubro, a Bolívia e a OEA concordaram em realizar uma auditoria.

Antes desses números serem publicados houve uma indefinição: inicialmente, havia um método mais rápido e preliminar de apuração, e um outro, definitivo e mais lento, onde se conta voto a voto. Os números dessas duas contagens começaram a divergir, e a apuração mais rápida, que indicava que haveria um segundo turno, foi suspensa.

Desde que Evo ganhou, a oposição tem ido às ruas em protestos. A polícia parou de reprimir as manifestações, e houve motins em quartéis do país.

Na sexta (8) e no sábado (9) policiais bolivianos se amotinaram. O governo respondeu com um comunicado no qual denunciava um plano de golpe de estado.

Por G1

10/11/2019 17h57

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: WWW.folhadoprogresso.com.br E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br e/ou e-mail: adeciopiran_12345@hotmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/aos-16-anos-baiano-vende-do-ce-na-rua-para-realizar-sonho-de-abrir-empresa/>

Prefeito eleito de Marabá renuncia às vésperas da posse.

Foto: Arquivo (O Liberal) – Tião Miranda alegou problemas de saúde para desistir do cargo. Vice assume no próximo domingo (1º)

O prefeito eleito de Marabá, Tião Miranda (PTB), renunciou ao cargo nesta sexta-feira (30). Uma carta com detalhes da renúncia foi protocolada na Câmara Municipal de Marabá hoje. O documento foi recebido pelo atual presidente da Câmara, Miguel Gomes Filho (PP), e pelos vereadores Pedro Correa Lima (PTB) e Beto Miranda (PSDB), irmão do Tião Miranda.

Na carta, o prefeito diz que desistiu de assumir o cargo por motivos de saúde. Ele cita as atividades da campanha de 2016, onde percebeu que não tinha mais a mesma vitalidade de antes. 'Depois de 45 dias de caminhadas, diálogos, gravações de programas, viagens e demais compromissos, o abalo à minha saúde física e esgotamento foram além do que eu jamais imaginava e então me defrontei com minhas limitações como ser humano que sou', escreveu.

Tião Miranda também disse na carta que a situação financeira do município exigirá entrega no próximo mandato, algo que para ele está 'acima do que minhas limitações geradas pela idade e saúde, neste momento, podem oferecer'.

Com a renúncia dele, quem assume o cargo de prefeito é o vice

Toni Cunha. A posse do prefeito e novos vereadores eleitos está marcada para às 16h deste domingo (1º), na Câmara Municipal de Marabá.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

[Dilma prepara renúncia e deve pedir novas eleições, diz jornal](#)



Dilma dia do trabalho
anahnagabaú © Fornecido
por Abril Comunicações
S.A.

A presidente Dilma Rousseff (PT) estuda enviar ao Congresso uma proposta de emenda constitucional para que sejam realizadas novas eleições ainda neste ano. De acordo com o jornal O Globo, a petista renunciaria ao cargo e pediria a seu

vice, Michel Temer, que fizesse o mesmo.

Ainda segundo o jornal, o pronunciamento da presidente será realizado em cadeia de rádio e televisão nesta sexta, pouco dias antes de o Senado Federal decidir se aceita analisar o processo de impeachment contra Dilma. A publicação diz ainda que alguns ministros, como Jaques Wagner (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Secretaria do Governo), concordam com a ideia da eleição ainda neste ano. Mas não há unanimidade entre os demais ministros. Dilma, por sua vez, ainda gostaria de conquistar o consenso dos movimentos sociais.

Votação

Isolado e com apoio de apenas cinco dos 21 senadores da Comissão Especial do impeachment, o governo não tem expectativa de reverter a provável aprovação do processo de impeachment do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). O documento será apresentado na quarta-feira (4) e votado dois dias depois.

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, terá mais uma chance de defender a presidente Dilma Rousseff antes da votação, mas nem isso deve alterar o quadro desfavorável ao Palácio do Planalto.

[+ Confira as últimas notícias](#)

A sessão desta segunda-feira (2), será dedicada a ouvir especialistas indicados pela acusação. Senadores do PSDB, que dizem não ser “beneficiários do impeachment” nem condutores do processo, assinaram os convites para trazer à comissão professores e pesquisadores que corroborem a acusação de crime de responsabilidade pelas pedaladas fiscais (atrasos de repasses do Tesouro a bancos públicos) e por decretos orçamentários editados sem aval do Congresso.

O procurador no Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira será um dos principais nomes da audiência.

Seis meses antes do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deflagrar o processo de impeachment, ele havia assinado representação em que pedia a investigação das pedaladas fiscais.

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, que defende o processo de impeachment, também vai compor a mesa. Ao lado dele, o professor da USP José Maurício Conti levará seus argumentos já conhecidos sobre a transformação do Orçamento “em peça de ficção”.

No dia seguinte, será a vez dos especialistas convidados por senadores da base de apoio ao governo. Foram convidados os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado e Ricardo Lodi Ribeiro, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o advogado Marcello Lavenère, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que assinou a denúncia do impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

Por Veja São Paulo

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981151332 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br